

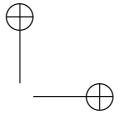
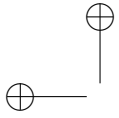
**RENOVAÇÃO
SEU PROBLEMA E
MÉTOD**



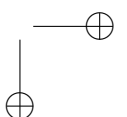
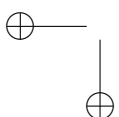
Edmund Husserl

Tradutor:
Pedro M. S. Alves

www.lusosofia.net



Texto publicado *in*
Edmund Husserl,
EUROPA: CRISE E RENOVAÇÃO.
A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia,
☞ Centro de Filosofia / Universitas Olisiponensis,
Phainomenon / Clássicos de Fenomenologia,
Lisboa, 2006, pp. 19-29,
e publicado pela LUSOSOFIA.NET
com a benévola autorização
do Tradutor e Director da Colecção,
Pedro M. S. Alves





LUSOSOFIA:PRESS

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *Renovação. Seu Problema e Método*

Autor: Edmund Husserl

Tradutor: Pedro M. S. Alves

Colecção: Textos Clássicos de Filosofia

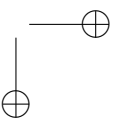
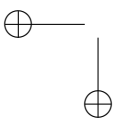
Direcção: José M. S. Rosa & Artur Morão

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. S. Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008





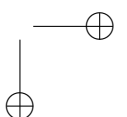
Renovação Seu Problema e Método*

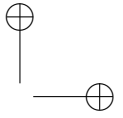
Edmund Husserl

<XXVII, 3>

Renovação é o grito de chamada geral no nosso doloroso presente, e é-o no domínio de conjunto da cultura europeia. A guerra, que devastou a Europa desde o ano de 1914 e que, desde 1918, apenas preferiu, em vez dos meios de coacção militares, os meios “mais refinados” das torturas da alma e das misérias económicas moralmente depravantes, pôs a descoberto a íntima inverdade, a ausência de sentido desta cultura. Todavia, esta descoberta significa precisamente a obstrução da sua força impulsora mais própria. Uma nação, uma humanidade vive e cria na plenitude das forças quando é transportada por uma crença impulsionadora em si mesma e num sentido belo e bom da sua vida de cultura; quando, por conseguinte, não simplesmente vive, mas antes vive ao encontro de uma grandeza que tem diante dos olhos e encontra satisfação no seu sucesso progressivo, pela realização de valores autênticos cada vez mais

*Primeiro artigo para a revista *Kaizo*. Aparecido inicialmente em *The Kaizo*, 1923, Caderno 3, pp. 84-92 (texto original) e pp. 68-83, tradução japonesa [Nota da Hua].



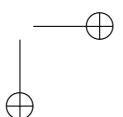
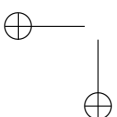


elevados. Ser um membro importante de uma tal humanidade, colaborar numa tal cultura, contribuir para os seus valores exaltantes, é a ventura de todos aqueles que são excelentes, a qual os eleva acima das suas preocupações e infortúnios individuais.

Esta crença que nos elevou, a nós e a nossos pais, e que se transmitiu às nações que, como a japonesa, só nos tempos mais recentes se juntaram ao trabalho da cultura europeia, esta crença é o que perdemos, o que perderam círculos alargados do povo. <4> Se ela já se tinha tornado vacilante antes da guerra, desmoronou-se agora completamente. Como homens livres, estamos perante este facto; ele deve determinar-nos do ponto de vista prático. De acordo com isso, dizemos: *algo novo deve suceder*; deve suceder em nós e através de nós próprios, através de nós enquanto membros da humanidade vivendo neste mundo, dando-lhe forma através de nós e recebendo forma através dele. Será que deveremos aguardar para ver se esta cultura não sana a partir de si própria, no jogo de sorte entre as suas forças produtoras e destruidoras de valores? Deveremos promulgar a “decadência do Ocidente” como um *fatum* que se abate sobre nós? Este *fatum* só o é, porém, se o olharmos passivamente – se passivamente o pudermos olhar. Mas isso não o podem nem mesmo os que no-lo anunciam.

Somos homens, Sujeitos de vontade livre, que engrenam activamente no seu mundo circundante, que constante e conjuntamente o configuram. Quer queiramos quer não, mal ou bem, fazemos assim. Não poderemos também agir *racionalmente* não estarão em nosso poder a racionalidade e a excelência?

Estes são objectivos quiméricos, objectarão certamente os pessimistas e os adeptos da “*Realpolitik*” Se dar à vida individual uma forma racional é já um ideal inatingível para o indivíduo singular, como quereríamos nós empreender algo semelhante para a vida comunitária, nacional, para a humanidade ocidental no seu todo? No entanto, que diríamos nós a um homem que, por causa da inacessibilidade do ideal ético, abandonasse os objectivos éticos e não

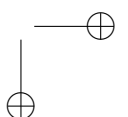
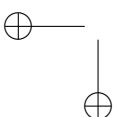


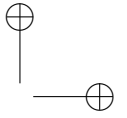


assumisse como seu o combate ético? Sabemos que esse combate, tanto quanto seja sério e Continuado, tem, em todas as circunstâncias um significado criador de valores, que é mesmo ele que eleva, por si só, a personalidade combativa ao nível da verdadeira humanidade Quem negará, além disso, a Possibilidade de um progresso ético Continuado sob a direcção do ideal da razão?

Sem nos deixarmos desorientar por um pessimismo pusilânime e por um “realismo” sem ideais, não devemos tomar inconsideradamente como impossível precisamente o mesmo também para os “homens em ponto grande”, para as comunidades mais alargadas e para as larguíssimas, e deveremos reconhecer Como uma exigência ética absoluta uma semelhante disposição para o combate em direcção a uma humanidade melhor e a uma autêntica cultura.

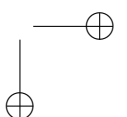
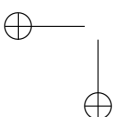
<5> Assim fala de antemão um sentimento natural que, manifestamente, se enraíza naquela analogia platónica entre o homem singular e a comunidade Esta analogia não é de modo algum, porém, uma ideia plena de espírito ocorrendo nos filósofos que sobem muito além do pensamento natural, ou mesmo dele se perdem, mas nada mais é que a expressão de uma apercepção quotidiana que desponta, de modo natural, das actualidades da vida humana. Na sua naturalidade, ela mostra-se também como sempre determinante para, por exemplo, quase todos os casos de juízos políticos de valor, nacionais e mundiais, e como motivo para as correspondentes acções. Todavia, serão as apercepções naturais desse tipo, e as tomadas de posição emocionais que elas suportam, um fundamento suficiente para reformas racionais da comunidade, e justamente para a maior de todas as reformas, que deve renovar radicalmente e por inteiro uma cultura humana como a europeia? A crença que nos preenche – que à nossa cultura não é *consentido* dar-se por satisfeita, que ela pode e deve ser reformada através da razão e da vontade humana – só pode, portanto, “mover montanhas” na realidade e não na simples fantasia quando se transpõe para pensamentos sóbrios racionalmente evidentes, quando estes





levam a uma completa determinidade e clareza tanto a essência e possibilidade do seu objectivo como o método para o realizar. Com isso cria ela, por vez primeira e para si mesma, o seu fundamento de justificação racional. Só esta clareza intelectual pode convidar a um trabalho jubiloso, pode dar à vontade a resolução e a força impositiva para a acção libertadora, só o seu conhecimento pode tornar-se um bem comum firme, de tal modo que, sob a actuação conjunta da miríade dos convencidos por uma tal racionalidade, as montanhas finalmente se movam, ou seja, o movimento simplesmente emotivo da renovação se transmute no próprio processo de renovação. Contudo, esta clareza não é, de modo nenhum, fácil de obter. Aquele pessimismo de que falámos e a impudência da sofisticada política, tão fatidicamente dominante no nosso tempo, que se serve da argumentação ético-social apenas como cobertura para os fins egoístas de um nacionalismo completamente degenerado, não seriam de modo algum possíveis se os conceitos de comunidade, naturalmente formados, não estivessem, pese embora a sua naturalidade, afectados por horizontes obscuros, por mediações enredadas e encobertas, cuja explanação clarificadora ultrapassa completamente a força do pensamento não exercitado. Apenas a Ciência Estrita pode, aqui, <6> criar métodos seguros e resultados firmes; apenas ela pode, por conseguinte, fornecer o trabalho teórico prévio de que uma reforma racional da cultura está dependente.

Todavia, encontramos-nos aqui numa grave situação: pois a ciência que nos deveria servir procuramo-la nós em vão. Nisso, acontece-nos o mesmo que em toda a restante práxis da vida comunitária, a saber, quando preferimos fundar, de um modo seguro, os nossos juízos político-sociais, de política externa ou nacional, num conhecimento de causa e procuramos retirar algum saber de um ensinamento científico que nos pudesse libertar, neste mundo pesado de consequências da vida comunitária, do estado primitivo da representação e da acção instintiva, tradicional e vaga. Ciências grandes e sérias sobreabundam na nossa época. Temos ciências “exac-

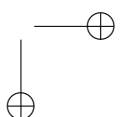
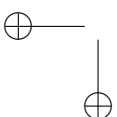


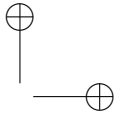


tas” da natureza e, através delas, aquela tão admirada técnica da natureza que deu à civilização moderna a sua poderosa superioridade, mas que teve seguramente também, como consequência, danos muito lastimados. Seja como for, nesta esfera técnico-natural do agir humano, a Ciência torna possível uma verdadeira racionalidade prática, e fornece o ensinamento prefigurador do modo como a Ciência em geral se deve tornar a candeia da prática. Todavia, falta por completo a ciência racional do homem e da comunidade humana, que fundamentaria uma racionalidade na acção social e política, bem como uma técnica política racional.

Precisamente o mesmo vale também a respeito dos problemas da renovação, que tanto nos interessam. Caracterizado com mais precisão, falta-nos a ciência que tivesse empreendido a realização para a *ideia de homem* (e, com isso, também para o par de ideias *a priori* inseparáveis: homem singular e comunidade) daquilo que a matemática pura da natureza empreendeu para a *ideia de natureza* e que realizou já nos seus elementos capitais. Assim como esta última ideia – Natureza em geral, enquanto forma genérica – abarca a *universitas* das ciências da natureza, também a ideia do ser espiritual – e especialmente do ser racional, do Homem – abarca a *universitas* de todas as ciências do espírito, e especialmente de todas as ciências humanas. Por um lado, na medida em que a matemática da natureza desenvolve, nas suas disciplinas apriorísticas acerca do tempo, espaço, movimento, forças motrizes, as necessidades apriorísticas que encerram, em tais componentes de essência, uma natureza em geral (“*natura formal iter spectata*”), <7> torna ela possível, na aplicação à facticidade da natureza dada, as ciências empíricas da natureza com métodos racionais, ou seja, matemáticos. Ela proporciona, por conseguinte, com os seus princípios *a priori*, a racionalização do empírico.

Por outro lado, temos, agora, muitas e frutuosas ciências referidas ao reino do espírito, correspondentemente, ao da humanidade, mas elas são ciências completamente empíricas e ciências

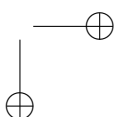
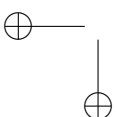




“simplesmente” empíricas. A profusão colossal de factos temporais, morfológicos, ordenados indutivamente ou sob pontos de vista práticos, permanece nelas sem qualquer vínculo de racionalidade *principlal*. Falta, aqui, precisamente a ciência apriorística paralela, por assim dizer, a *mathesis do espírito e da humanidade*; falta o sistema cientificamente desenvolvido do racional puro, das verdades enraizando-se na “essência” do homem que, enquanto *logos* puro do método, num sentido semelhante introduziriam na empina científico-espiritual a racionalidade teorética e também, num sentido semelhante, tornariam possível a clarificação racional dos factos empíricos, tal como a matemática pura da natureza tornou possível a ciência natural empírica, enquanto ciência matematicamente teorizadora e, com isso, enquanto ciência racionalmente explicativa.

É certo que, do lado do cientista do espírito, não se trata, tal como é o caso com a natureza, de simples “explicação” racional. Entra aqui em cena ainda um outro tipo inteiramente peculiar de racionalização do empírico: o *ajuizamento* normativo *segundo normas gerais*, que pertencem à essência apriorística da humanidade “racional”, e a *direcção* da própria práxis factuel de acordo com tais normas, às quais competencem as próprias normas racionais da direcção prática.

As situações de ambos os lados são, em geral, fundamentalmente diferentes, precisamente em virtude dos distintos tipos de essência das realidades naturais e espirituais – daí que as formas exigíveis para ambas as racionalizações do factuel estejam muito longe de ser do mesmo estilo. Será bom clarificar isto já de seguida, num breve contraste, para que, nas nossas análises subsequentes da renovação, não sejamos obstruídos por preconceitos naturalistas e para que, ao mesmo tempo, tragamos para mais perto de nós, como dissemos antecipadamente, a especificidade metódica dessa Ciência que nos falta e à qual tais análises aspiram.





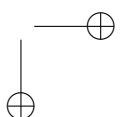
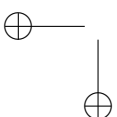
Natureza é, por essência, simples existência factual e, com isso, <8> facto da simples experiência externa. Um exame principal da natureza em geral conduz, portanto, *a priori*, apenas a uma racionalidade das exterioridades, a saber, a leis de essência da forma espaço-temporal e, por sobre isso, apenas a uma necessidade de ordenação regular, *exacta* e indutiva, daquilo que está espaço-temporalmente repartido – aquilo que nós costumamos designar, pura e simplesmente, como a ordem legal “causal”.

Em contraste estão as formas totalmente diferentes do espiritual em sentido específico, as totalmente diferentes determinações generalíssimas de essência acerca das realidades singulares e das formas essenciais da ligação. Não considerando que a forma espaço-temporal tem, no reino do espírito (por exemplo, na História), um sentido essencialmente diferente do da natureza física, há aqui que indicar que cada realidade espiritual singular tem a sua interioridade, uma “vida de consciência” em si mesma fechada, referida a um “eu”, enquanto pólo que, por assim dizer, centraliza todos os actos de consciência singulares, pelo que estes actos estão numa conexão de “motivação”.

Além disso, as realidades singulares separadas, correspondentemente, os seus sujeitos-eu, surgem uns para os outros em relações de mútua compreensão (“intropatia”); através de actos de consciência “sociais”, instituem (imediata ou mediadamente) uma forma de tipo completamente novo de congregação de realidades: a forma da comunidade, espiritualmente unida por momentos internos, através de actos e de motivações intersubjectivos.

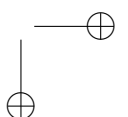
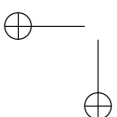
Ainda mais uma coisa importante: aos actos e às suas motivações correspondem as diferenças do racional e do irracional, do pensar, valorar e querer “correctos” e “incorrectos”.

Agora, certamente que podemos também considerar as realidades espirituais, de certo modo, sob relações de exterioridade (enquanto segunda natureza): podemos considerar a consciência como anexo externo das realidades físicas (dos respectivos corpos físi-





cos); podemos considerar homens e animais como simples acontecimentos no espaço, “na” natureza. As regularidades indutivas que, então, deste modo se oferecem não são, porém – tal como é válido, por essência, para a natureza física –, indicações de leis exactas, de leis que determinem a “natureza” objectivamente verdadeira de tais realidades, isto é, que as determinem numa verdade racional de acordo com o seu tipo de essência. Por outras palavras: aqui, onde a essência peculiar do espiritual se exprime na interioridade da vida de consciência, na senda aberta pela abordagem indutivo-causal <9> não reside nenhuma explicação racional, e isso a partir de fundamentos *a priori* (de modo que é um contra-senso procurar uma coisa tal, ao modo da nossa Psicologia naturalista). Para uma efectiva racionalização do empírico exige-se (aqui inteiramente como no caso da natureza) precisamente um regresso às leis de essência que dão a medida, por conseguinte, um regresso ao específico do espírito, enquanto mundo das interioridades. Ora pertencem às formas da consciência, correspondentemente, da motivação, delineadas *a priori* na essência da espiritualidade humana, também as formas normativas da “razão” e, além disso, existe *a priori* a possibilidade de as pensar livremente em geral e, de acordo com leis normativas apriorísticas auto-reconhecidas, nos determinarmos em geral para a prática. Em conformidade com isto, no reino do espírito humano não temos apenas, como pressupusermos acima, e diferentemente do caso da natureza, a chamada construção de juízos “teóricos” em sentido específico, a saber, de juízos dirigidos para “simples factos da existência” (*matter of fact*). Em consequência, não temos diante de nós apenas as tarefas de racionalização destes factos através das chamadas “teorias explicativas”, de acordo com uma disciplina apriorística que investigue a essência do espírito de um modo puramente causal. Pelo contrário, entra aqui em cena também um tipo completamente novo de ajuizamento e de racionalização de tudo o que é espiritual: o que procede segundo normas, correspondentemente, segundo disciplinas apriorísticas normativas

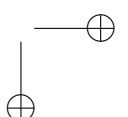
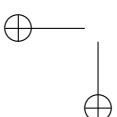




da razão, da razão lógica, valorativa e prática. A razão que ajuíza segue, porém, *in praxi*, ou pode em liberdade seguir, um sujeito conhecendo a norma e, em consequência, agindo livremente. Em conformidade, na esfera espiritual surgem, de facto, ainda as tarefas de uma direcção racional da práxis, por conseguinte, de um novo modo da possível racionalização de factos espirituais a partir de fundamentos científicos, a saber, através de uma disciplina apriorística prévia a respeito das normas de direcção prática da razão.

Se retornarmos, agora, outra vez ao nosso problema próprio, é então visível que as ciências humanas simplesmente empíricas já existentes (como as nossas ciências históricas da cultura ou até mesmo a Psicologia moderna simplesmente indutiva) não podem, de facto, oferecer para ele aquilo que, aspirando à renovação, nos faz falta; e que, efectivamente, só aquela ciência apriorística sobre a essência da espiritualidade humana – se existisse – nos poderia interessar enquanto coadjutora racional. Antes de tudo, estabeleçamos firmemente que ciências de simples factos estão eliminadas desde o início. <10> – Certamente que as nossas questões acerca da renovação se ligam a simples factuaisidades, elas dizem respeito à cultura presente e, especialmente, ao círculo da cultura europeia. Contudo, os factos são aqui ajuizados valorativamente, são submetidos a uma normalização da razão; pergunta-se como é que uma reforma desta vida de cultura desprovida de valor poderá conduzir ao caminho de uma *vida racional*. Toda e qualquer reflexão aprofundada reconduz, aqui, às questões *principiais* da razão prática, as quais dizem essencialmente respeito ao indivíduo, à comunidade e à sua vida racional numa generalidade puramente formal, que deixa muito abaixo de si todas as factuaisidades empíricas e todos os conceitos contingentes.

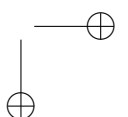
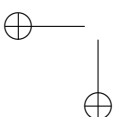
Bem pouco basta para fundamentar isto e, com isso, para tornar ao mesmo tempo visível que essa ciência da essência do homem em geral seria precisamente aquilo de que precisamos, enquanto coadjutor.





Se submetemos a nossa cultura – portanto, a nossa humanidade, que se cultiva a si mesma e ao seu mundo circundante – a um juízo de reprovação, então está implicado nisso que cremos numa humanidade “boa” enquanto possibilidade ideal. No nosso juízo, está implicitamente contida a crença numa humanidade “verdadeira e autêntica”, enquanto ideia objectivamente válida, em cujo âmbito de sentido o objectivo das nossas aspirações de reforma deve ser reformar a cultura fáctica. As primeiras reflexões deveriam dirigir-se, portanto, para um esboço claro desta ideia. Se não andarmos pelo caminho fantasioso da utopia, se apontarmos, antes, para a sóbria verdade objectiva, então este esboço deve ter a forma de uma determinação de essência puramente conceptual, do mesmo modo que as possibilidades de realização da ideia devem, desde logo, ser *a priori* ponderadas, em rigor científico, como possibilidades puras de essência. Que formas particulares, dirigidas pela norma, seriam, então, possíveis e necessárias no interior de uma humanidade conforme a esta ideia de uma *humanitas* autêntica, tanto para as pessoas singulares que a constituem enquanto membros da comunidade, como para os diversos tipos de associações, instituições comunitárias, actividades culturais, etc. – tudo isto está contido numa análise científica de essência da ideia de uma humanidade autêntica, ou racional, e conduz a múltiplas investigações particulares que se vão ramificando.

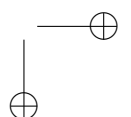
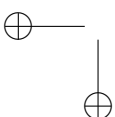
Já uma reflexão rápida toma claro que o inteiro tipo e os temas particulares das investigações necessárias para o nosso interesse estão, de facto, desde o início determinados pelas <11> estruturas genérico-formais que a nossa cultura teria em comum, por sobre todas as facticidades, com um número indefinidamente grande de outras culturas *idealiter* possíveis. Todos os conceitos em que embate, aqui, uma investigação que vai até às profundezas – portanto, uma investigação que rompe até ao que é da ordem dos princípios – são de uma generalidade apriorística formal, no bom sentido do termo. Assim o é o conceito de homem em geral enquanto ser raci-





onal, o conceito de membro da comunidade, o da própria comunidade e não menos todos os conceitos particulares de comunidade, como Família, Povo, Estado, etc. Do mesmo modo para os conceitos de cultura e de sistemas de cultura particulares: Ciência, Arte, Religião, etc. (igualmente nas formas normativas: Ciência, Arte, Religião “verdadeiras”, “autênticas”).

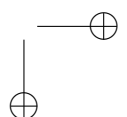
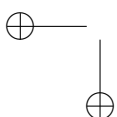
O lugar originário e clássico de formação da investigação pura de essência e da correspondente abstracção de essência (abstracção de conceitos “puros”, “apriorísticos”) é a Matemática, mas este tipo de investigação e de método não está, de modo algum, limitado a ela. Por pouco familiar que nos possa ser o exercício desta abstracção na esfera espiritual e a investigação do seu “*a priori*”, das necessidades de essência do espírito e da razão, é, no entanto, possível fazer aqui coisas semelhantes; com muita frequência encontramos já – apenas que não consciente e metodicamente – neste *a priori*. Pois sempre que nos envolvemos em reflexões *principiais*, o nosso olhar repousa inteiramente por si próprio apenas na forma pura. A abstracção metódica e consciente do teor empírico dos respectivos conceitos, a sua configuração consciente em conceitos “puros”, poderá não se efectuar; mas este teor não desempenha nenhum papel de co-motivação para o nosso pensamento. Se pensarmos na comunidade em geral, no Estado, no povo em geral, do mesmo modo que no homem, no cidadão e coisas semelhantes, e se pensarmos ainda no que, nesta generalidade, pertence à “autenticidade”, ao racional – todas as diferenças empíricas e fácticas da corporalidade e da espiritualidade, das circunstâncias concretas, terrenas, da vida, e coisas semelhantes, estarão, então, manifestamente “indeterminadas” e serão “variáveis livres”, tal como as notas características concretas e os eventuais vínculos empíricos das unidades ou das grandezas o serão na consideração ideal do aritmético ou do algebrista. Se o homem tem empiricamente órgãos de percepção construídos assim ou de outra maneira, olhos, ouvidos, etc., se tem dois ou x olhos, se





tem estes ou aqueles órgãos de locomoção, se tem pernas ou asas, e coisas semelhantes, tudo isto está totalmente fora de questão e fica indeterminadamente aberto em reflexões principiais como, por exemplo, as da pura razão. Apenas certas *formas* da <12> corporalidade e da espiritualidade anímica são pressupostas e são tidas em mira; expô-las como necessárias *a priori* e fixá-las conceptualmente é coisa que compete à investigação científica de essência conscientemente efectuada. Isto é válido para o inteiro sistema conceptual, que se ramifica multiplamente e que atravessa todo o pensamento científico-espiritual enquanto ossatura formal, e especialmente, portanto, para aquelas investigações de estilo normativo que estão para nós em questão.

Agora, se uma ciência apriorística das formas e das leis de essência e, coisa que aqui sobretudo nos interessa, da espiritualidade racional não foi ainda levada a um desenvolvimento sistemático, e se não podemos ir beber aos tesouros de conhecimentos já à nossa disposição para dar à nossa aspiração de renovação uma base racional – que deveremos então fazer? Deveremos de novo proceder como na práxis política, por exemplo, quando nos preparamos para votar enquanto cidadãos? Deveremos nós, por conseguinte, julgar apenas por instinto e palpite, por suposições superficiais? Coisas semelhantes podem ser perfeitamente justificáveis quando a hora exige a decisão e quando, com ela, a acção se consuma. No nosso caso, porém, onde vale o cuidado pelo temporalmente infinito e pelo eterno no tempo – o futuro da humanidade, o devir verdadeira humanidade, de que nós mesmos nos sentimos responsáveis -, e para nós que, educados pela Ciência, sabemos também que apenas a Ciência pode fundamentar decisões racionais definitivamente válidas e que apenas ela pode ser a autoridade que as faça finalmente prevalecer – para nós, não pode haver qualquer dúvida acerca daquilo que nos obriga. O que importa é procurar activamente os caminhos científicos, que infelizmente nenhuma ciência antecedente preparou, e começar seriamente com as reflexões metódicas e pro-





blemáticas prévias, com as linhas de pensamentos preparatórios de todo tipo, que se revelem como primeiras exigências.

Neste sentido, as considerações até aqui desenvolvidas são já reflexões prévias preparatórias de uma tal ciência e, segundo o esperamos, não destituídas de utilidade. Não destituídas de utilidade, antes de tudo, porque nos mostraram, sob a perspectiva metódica, que só um tipo de consideração, que se pode apresentar como *consideração da essência*, pode ser efectivamente frutuoso, e que apenas *ele* pode abrir o caminho para uma ciência racional não somente da humanidade em geral, mas também da sua “renovação”. Mas ao se tornar claro que algo como uma “renovação” pertence ainda, por uma necessidade de essência, ao desenvolvimento do <13> homem e da humanidade em direcção a uma humanidade verdadeira, resulta que a fundamentação desta ciência seria o pressuposto necessário para uma efectiva renovação, e mesmo um primeiro começo da sua entrada em cena. Contudo, o que podemos fazer agora e em primeiro lugar será apenas a sua preparação.

No próximo artigo, queremos arriscar a tentativa de, aproximando-nos da ideia de humanidade autêntica e de renovação, prosseguir uma série de linhas de pensamento principiais que, consumadas de um modo plenamente consciente na atitude direccionada para a essência, hão-de mostrar de um modo determinado como pensamos os começos tacteantes – das investigações culturais da esfera normativa – ético-social – na sua sobriedade científica e, com isso, apriorística. Na nossa situação científica, o interesse deve estar, antes de tudo, dirigido para a *problemática* e para o *método*.

